

No último dia, Regimento soma mais de mil emendas

Dos Sucursais de Brasília e do Reportagem Local



Um mínimo de dezesseis emendas para cada um dos 66 artigos do projeto de Regimento Interno do Congresso constituinte. Este foi o cálculo feito pelo deputado José Serra (PMDB-SP), 44, às 18h30 de ontem, último dia para a apresentação de propostas de mudança no Regimento, ao deixar o gabinete do relator do projeto, senador Fernando

Henrique Cardoso (PMDB-SP) — o que representava, àquela altura, um total de 1.056 emendas. O Regimento deve ser votado até o dia 24. Ontem, o deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), 58, apresentou emenda criando as resoluções constitucionais que poderão modificar normas da atual Carta. A deputada Beth Azize (PSB-AM), 43, sugeriu a nacionalização dos bancos estrangeiros. O líder do PC do B, Haroldo Lima (BA), 47, encaminhou emendas extinguindo o decurso de prazo, os decretos-leis, o fim do julgamento de civis pela Justiça Militar e a exclusividade do presidente da República na iniciativa de projetos de lei de ordem

financeira. E o PFL apresentou um substitutivo ao projeto de regimento interno (66 artigos) ainda maior, com 86 artigos. Quando Serra fez seu cálculo, a bancada dos senadores do PFL ainda não tinha apresentado seu substitutivo, o que só ocorreu no final da sessão. O projeto proíbe que os constituintes discutam ou votem qualquer assunto estranho à nova Constituição enquanto esta não for aprovada, institui sessões reservadas e secretas até para as comissões constitucionais e, curioso, proíbe o porte de arma dentro do prédio do Congresso, indicando um corredor para executar essa determinação. O

substitutivo é assinado, entre outros, pelos senadores Afonso Arinos (RJ) e Marcondes Gadelha (PB). A emenda mais polêmica é a de Egidio Ferreira Lima, que dá poderes ao Congresso constituinte para emitir "resoluções constitucionais". Com essa emenda, o deputado pretende que sejam revogadas da atual Constituição, entre outros itens, as medidas de emergência e o sistema de aprovação de decretos-leis. O líder do PC do B, Haroldo Lima, apresentou moções constitucionais determinando também que caberá ao Congresso constituinte a tarefa de votar e aprovar a legislação ordinária e

fixar o mandato de Sarney, além de estabelecer o direito de greve aos funcionários públicos e trabalhadores dos setores considerados essenciais. **Confusão** Por emenda do deputado Lysáneas Maciel (PDT-RJ), os militares — inclusive os ministros — ficam proibidos de se pronunciar sobre matérias em discussão ou votação no plenário e comissões do Congresso constituinte. Foram tantas as emendas apresentadas que o secretário-geral da Mesa da Câmara, Paulo Afonso Martins de Oliveira — que contou mais de duzentas, ontem — não pôde

distribuir cópias delas à imprensa. Numa sala no subsolo da Câmara, atarefados funcionários separavam as emendas de acordo com o artigo do projeto de regimento interno que elas modificavam. A confusão no subsolo da Câmara ainda era agravada pelos deputados que procuravam subscrever emendas de outros parlamentares à última hora. Só a bancada do PT apresentou ontem dezoito emendas. As 19h, o deputado Jorge Hage (PMDB-BA) distribuiu suas dezesseis emendas no comitê de imprensa da Câmara. E o líder do PDS, Amaral Netto (RJ), informava que o seu partido apresentara ontem cinquenta sugestões.

Peemedebistas começam a discutir seu comando na próxima semana

Resolvida ontem a questão da liderança do partido na Câmara dos Deputados, algumas das mais expressivas lideranças do PMDB no Congresso vão se reunir, na semana que vem, para discutir a questão da chefia partidária, virtualmente acéfala, em face do excesso de encargos assumidos pelo presidente nacional, deputado Ulysses Guimarães, que é também presidente da Câmara (e, como tal, substituto eventual do presidente da República) e do Congresso constituinte.



Affonso Camargo

Como Ulysses não deu, até agora, o menor sinal de que pretende se licenciar da presidência partidária, os caciques do PMDB vão discutir fórmulas alternativas para evitar o imobilismo da principal agrupação política nacional. Entre elas, a antecipação da escolha do 1º e 2º vice-presidentes, cargos que ficarão vagos a partir de 15 de março, quando seus atuais ocupantes (Pedro Simon e Miguel Arraes, respectivamente) assumirão os governos do Rio Grande do Sul e de Pernambuco.

Se Ulysses se licenciar, o novo 1º vice-presidente será, de fato, o comandante do maior partido brasileiro. E já há dois candidatos lançados para as vagas a serem abertas no dia 15 de março: o senador paranaense Affonso Camargo, atual 3º vice-presidente, e o deputado federal Jorge Uequed (RS).

A importância da escolha dos substitutos cresce extraordinariamente se a pressão para que Ulysses se licencie for, afinal, vitoriosa. A Folha apurou ontem que o desejo de que Ulysses se afaste temporariamente da presidência partidária não é uma ação isolada do senador José Richa (PR), que tem sido a voz mais estridente na defesa dessa posição. "Está todo o mundo preocupado com o quadro que se está", diz, por exemplo, o deputado federal Eucides Scalco (PMDB-PR), braço direito de Ulysses e membro da Executiva nacional peemedebista.

Mas outros nomes tendem a surgir naturalmente, à medida que a discussão interna se aprofunda. Entre eles, o do senador José Richa e o do governador de São Paulo, André Franco Montoro, que até preferiria o cargo principal do partido ao Ministério de Relações Exteriores, para o qual está fortemente cotado.

Uma evidência de que a candidatura Richa pode surgir logo foi obtida ontem pela Sucursal da Folha em Curitiba: Richa retirou formalmente o apoio à candidatura Affonso Camargo à 1ª vice-presidência. Motivo:

Richa acha que Camargo está assumindo "posições radicais" contra o governo.

Contra-ataque de Camargo: "Se for verdadeira a opinião do senador José Richa de que o 1º vice-presidente do PMDB não pode assumir eventualmente posições radicais contra o governo, julgo que os membros do Diretório Nacional não devem mesmo escolher-me para aquele cargo".

Essa nova briga interna é evidência de que o PMDB necessita cobrir urgentemente a acéfalia em sua cúpula, porque o partido está visivelmente à deriva. O próprio presidente da República percebe essa situação, a ponto de ter tomado a iniciativa de indicar um líder do governo no Congresso, o deputado Carlos Sant'Anna.

A Folha apurou que a decisão de Sarney foi uma reação à rebelião da bancada peemedebista contra o funcionamento simultâneo de Câmara, Senado e Congresso constituinte. Na antevéspera da instalação do Congresso constituinte, dia 1º, Sarney avisou a Ulysses e ao então líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, que, se a rebelião não fosse contida, teria que optar pela indicação de um líder do governo.

Na semana seguinte, mesmo sepultada a tese da Constituinte exclusiva, Sarney escolheu o seu líder, em clara indicação de que não confia na fidelidade da bancada peemedebista, cujo comportamento rebelde é, em boa medida, atribuído à ausência de comando por parte de Ulysses, engolfado em suas múltiplas outras atividades. (CR)

Partidos definem bloco de propostas para alterar a atual Constituição

Todos os partidos representados no Congresso constituinte, com exceção do PFL, chegaram a um consenso sobre a necessidade de realizar modificações imediatas na atual Constituição. Os partidos entraram em acordo sobre os seguintes pontos: as medidas de emergência e o estado de emergência devem ser revogados (ficando apenas o estado de sítio); as prerrogativas parlamentares devem ser fortalecidas (como fim do direito de o procurador-geral da República propor a suspensão de mandatos com base na Lei de Segurança Nacional); e os decretos-leis não votados, vencido o decurso de prazo (sessenta dias), devem ser considerados rejeitados e não mais aprovados. Existe, entretanto, uma divergência sobre a soberania do Congresso constituinte para realizar estas modificações.



Fernando Henrique Cardoso

O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), propôs que as mudanças fossem aprovadas pelo Congresso Nacional. Os dissidentes do PMDB, liderados por Maurílio Ferreira Lima (PE), Egidio Ferreira Lima (PE) e Antônio Brito (RS), e o PT querem que o Congresso constituinte votasse uma "recomendação" para a efetuação das modificações. Caberia então ao Congresso Nacional aprová-las em sessão extraordinária.

O PDS, inicialmente contrário às mudanças na atual Carta, reuniu ontem sua bancada e aprovou, por 33 votos contra três, a posição de que alterações devem ser feitas pelo Congresso Nacional. A tarde, o presidente do partido e seu líder no Senado, Jarbas Passarinho (PA), disse que o PDS pode aceitar uma

proposta de consenso que surja das negociações. Passarinho concorda com as modificações do sistema de aprovação dos decretos-leis, o fim das medidas de emergência e o fortalecimento das prerrogativas.

Segundo a Folha apurou, Fernando Henrique Cardoso espera que o consenso surja até terça-feira, quando deverá apresentar o seu parecer sobre as mais de mil emendas encaminhadas até as 18h30 de ontem ao projeto de regimento interno, do qual é relator. O vice-líder do PT, deputado José Genoíno (SP), disse ontem que se não houver consenso até terça o partido vai pedir uma sessão extraordinária do Congresso constituinte para discutir a questão.

O deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) afirmou ontem no plenário que os membros de seu grupo iriam se dividir em várias conversas. Os

deputados Maurílio Ferreira Lima, Antônio Brito, Miro Teixeira e Octávio Elisio tinham marcada uma reunião com o líder da maioria na Câmara, Carlos Sant'Anna. Um outro grupo, liderado por Ibsen e Egidio Ferreira Lima participaria de um churrasco oferecido por Pimenta da Veiga, que deixou ontem a liderança do partido. Sant'Anna evitou falar sobre as negociações. Quando passou rapidamente pelo plenário do Congresso constituinte, na tarde de ontem, só declarou que começaria a ter reuniões a partir de hoje de manhã.

Ainda segundo a Folha apurou, havia outros obstáculos para o entendimento. O maior é a bancada do PFL, que se recusa a qualquer entendimento. A prova está no substitutivo ao projeto de regimento interno que o partido apresentou ontem às pressas. Um dos seus itens proíbe que o Congresso constituinte discuta qualquer coisa que não seja a elaboração da nova Constituição. O substitutivo é assinado, entre outros, pelo senador Afonso Arinos (PFL-RJ), que presidiu a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais.

Entre as lideranças mais importantes do PMDB já surge uma acusação contra os pefelistas: são mais radicais do que a esquerda e a direita. Afinal, o PDS já aceita a solução das "recomendações" do Congresso constituinte. O PT admite deixar de lado exigências como a de processos contra os acusados de "terrorismo de Estado" e a revogação da Lei de Imprensa. O partido só não decidiu ainda se aceita a idéia das "recomendações".

Lula procura Ulysses e diz que PT está 'disposto a conversar'

O PT quer negociar com o governo. Ontem, pela primeira vez desde que se instalou o Congresso constituinte, os deputados Luís Inácio Lula da Silva —presidente do partido— e Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) foram ao presidente do PMDB e da Câmara, Ulysses Guimarães, apresentar suas propostas. "O PT quer mostrar que não está aqui para tumultuar. Estamos dispostos a conversar sobre temas de interesse da nação", disse Plínio, depois de 45 minutos no gabinete de Ulysses.

O PT propôs ao PCB, PC do B, PSB e a parlamentares "progressistas" do PMDB e PDT a articulação de um bloco no Congresso constituinte. O assunto, segundo o secretário-geral do partido, deputado federal Olívio Dutra (PT-RS), 45, será discutido hoje em Brasília.

assinaturas (com registro da carteira de identidade e endereço do cidadão); plebiscito temático, ou seja, 56 deputados podem requerer que um artigo da Constituição seja submetido à consulta popular, e a divulgação, pela televisão, dos trabalhos do Congresso constituinte. O PT sugere a utilização de uma hora diária do horário gratuito que o governo dispõe.

Luiz Henrique é eleito e quer disputar liderança na Constituinte



Takashi Nakagami

O deputado Luiz Henrique (SC), eleito ontem líder do PMDB na Câmara, disse que pretende "estender" sua liderança também para o Congresso constituinte. afirmou que, caso limitasse sua atuação à Câmara, com o receso branco dos deputados, "estaria sendo candidato apenas a um carro e um gabinete", a que têm direito os líderes.

A intenção de Luiz Henrique reflete, na verdade, o receio generalizado dos parlamentares "progressistas" do PMDB, de que, no plenário do Congresso constituinte, a bancada do partido seja influenciada apenas pelo líder da maioria, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), nomeado por Sarney para defender os interesses do governo durante a elaboração da nova Carta. O regimento interno do Congresso constituinte, em fase de elaboração, prevê a figura dos líderes partidários.

A eleição de Luiz Henrique, em segundo escrutínio, foi por 187 votos, numa bancada de 280 parlamentares. A vitória foi tranquila, já que o segundo colocado, Milton Reis (MG),

Bancada paulista se reúne e decide "programa único"

Os coordenadores das bancadas paulistas no Congresso constituinte (do PMDB, PFL, PTB, PT, PL, PDC, PDS e PDT) definiram, na próxima quarta-feira, dia 18, um "programa único" a ser defendido durante os trabalhos. A questão da proporcionalidade é, por enquanto, o único tema de consenso entre os políticos de São Paulo. Eles entendem que a limitação de sessenta deputados, para um eleitorado que hoje já chegou a 15 milhões, não pode perdurar.

O deputado Roberto Rollemberg, 56, coordenador da bancada do PMDB, disse que na reunião inicial, realizada ontem, só não compareceu o representante do PDT, Adhemar de Barros Filho, porque tinha um com-

promisso anteriormente assumido. Mas ele também está de acordo com esse programa mínimo. Ontem, Adhemar disse que "a tutela sobre São Paulo é absurda e injusta" e defendeu a tese do trabalho suprapartidário.

No primeiro encontro dos deputados de São Paulo, ficou decidido que cada um consultará suas respectivas bancadas para a formalização da pauta única. Além de Rollemberg (PMDB) e Adhemar (PDT), participaram os deputados Luiz Gushiken (PT), José Eymael (PDC), Fausto Rocha (PFL), Salim Curiali (PDS), Afif Domingos (PL) e Sólton Borges (PTB).

Sarney diz a Ulysses que pode fazer alteração no ministério

O presidente José Sarney disse ao presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, que está disposto a promover alterações em seu ministério, a partir da nova composição de forças políticas no país. A mudança virá, porém, em meio à articulação de um plano de estabilização da economia, o que, na visão de Sarney, depende do apoio dos dirigentes dos partidos, em especial da Aliança Democrática.

Já começam as movimentações dentro do PMDB e PFL. Dentro do PMDB, as especulações indicam que pelo menos sete ministérios estão em disputa: Interior, Educação, Indústria e Comércio, Transportes, Relações Exteriores, Gabinete Civil e Saúde.

Por enquanto, o presidente do PMDB não endossa as articulações. Em seu partido surgem nomes como Jader Barbalho, ex-governador do Pará, Gonzaga Motta, governador do Ceará, Franco Montoro, governador de São Paulo, e Hélio Garcia, governador de Minas Gerais. Todos, em breve, ficarão em nenhum mandato. O senador José Richa (PR), também está entre os cotados.

"A reforma é esperada", diz o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso. "É consequência natural da busca de um entrosamento entre partido e governo", sustenta o senador Affonso Camargo, da Executiva do PMDB.

OS SETE PRINCIPAIS LÍDERES NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

GOVERNO	PMDB	PFL	PDS	PDT	PTB	PT
Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), 55	Luiz Henrique (SC), 46	José Lourenço (BA), 53	Amaral Netto (RJ), 65	Brandão Monteiro (RJ), 48	Gastone Righi (SP), 49	Luís Inácio Lula da Silva (SP), 41
Reeleito com 58.649 votos, exerce seu terceiro mandato na Câmara. Médico, ex-secretário estadual da Educação (75-78), foi deputado estadual (74-79) e deputado federal (78-82) pela Arena. Líder do extinto PP (80-81), reeleveu-se em 1982 pelo PMDB, partido do qual foi vice-líder (82-83). Foi também ministro da Saúde (85-86). Casado, tem sete filhos. É de centro-esquerda.	Reeleito com 81.838 votos, exerce seu terceiro mandato na Câmara. Advogado e ex-líder do MDB na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (1974), elegeu-se deputado federal pelo mesmo partido em 1974. Prefeito do município catarinense de Joinville (76-82), voltou à Câmara em 1982 pelo PMDB, do qual foi vice-líder (83). Casado, possui dois filhos. É de centro-esquerda.	Reeleito com 28.610 votos, exerce seu segundo mandato na Câmara. Economista, foi deputado estadual pela Arena por três legislaturas (1970-82). Eleito deputado federal pelo PDS, em 1982, integrou a equipe de vice-líderes do partido, sob a liderança do deputado Nelson Marchezan. Em 1985, foi escolhido líder do então recém-criado PFL, que agora o reconduziu. Casado, tem um filho. É de direita.	Reeleito com 71.158 votos, exerce seu sexto mandato na Câmara. Jornalista, ex-apresentador do programa "Amaral Netto, o Repórter", da Rede Globo, trabalhou também no jornal "Tribuna da Imprensa", entre outros. Eleito deputado federal em 1962, pela UDN, passou pelo MDB, Arena e PDS, partido do qual é líder desde 1985. Casado, tem seis filhos. É de direita.	Reeleito com 57.988 votos, exerce seu segundo mandato na Câmara. Advogado e funcionário do Banco do Brasil, cassado em 1964, foi eleito deputado federal pela primeira vez em 1982, pelo PDT. Escolhido líder do partido em 1984, ocupou, nos dois anos seguintes, a Secretaria dos Transportes do Estado do Rio de Janeiro. Casado, possui dois filhos. É de centro-esquerda.	Reeleito com 40.100 votos, exerce seu terceiro mandato na Câmara. Ex-advogado de presos políticos, foi eleito deputado federal pela primeira vez em 1966, pelo MDB, sendo cassado em 69. Foi ainda professor de Direito Comercial na USP. Reeleito em 1982 pelo PTB, ocupa desde 1985 a liderança do partido na Câmara dos Deputados. Casado, tem quatro filhos. É de centro-direita.	Deputado federal mais votado do país, com 651.763 votos, exerce seu primeiro mandato legislativo. Torneio mecânico, foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema (SP) de 1975 a 1979, quando foi afastado do cargo pelo Ministério do Trabalho, sendo cassado em 1980. Em 1982, foi candidato (derrotado) ao governo paulista pelo PT. Casado, tem quatro filhos. É de esquerda.